

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.644.177 - PR (2019/0383695-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORE : HELOISA BOT BORGES E OUTRO(S) - PR026279
S
VITOR ACIR PUPPI STANISLAWCZUK - PR036604
AGRAVADO : ROSE MARY MIGUEL BREY
AGRAVADO : ALB COMERCIO DE AVIAMENTOS LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ESTADO DO PARANÁ contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO TRIBUTÁRIO EXECUÇÃO FISCAL REDIRECIONAMENTO DO EXECUTIVO EM FACE DOS HERDEIROS DA SÓCIA EXECUTADA FALECIDA EM 13012007 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EMITIDA PELA SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA DATADA DE 06092007 PEDIDO DE REDIRECIONAMENTO FEITO EM 24062013 PRESCRIÇÃO CONFIGURADA RECURSO DESPROVIDO.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 189 do CC, no que concerne ao reconhecimento de que o prazo prescricional começou a correr somente a partir do momento em que o Estado do Paraná tomou conhecimento da morte do sócio administrador, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

E aqui, data veria, a decisão guerreada aplicou mal o direito no que diz respeito ao termo *a quo* da prescrição para o caso concreto. 12. Isso porque a pretensão somente se inicia violado o direito. Umbilicalmente ligada à pretensão, a prescrição, *ex vi* do artigo 189, CC: Art. 189. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206 (fls. 239).

E a pretensão do Estado do Paraná em redirecionar a execução fiscal contra os herdeiros somente teve início a partir do momento em que tomou conhecimento da morte do sócio administrador.

14. E ao contrário do que entendeu o acórdão, o Estado do Paraná somente teve conhecimento da morte quando o Sr. Oficial de Justiça, pretendendo realizar a citação do sócio administrador, descobriu que ele havia falecido, o que se deu em 04.11.2008 (fls. 239).

Ora, intraprocessualmente, a morte somente vem a ser "tributariamente relevante" para o Estado do Paraná ao momento em que se descobre que o sócio administrador havia falecido. Essa a data que nasceu a pretensão de redirecionar o feito contra os sucessores e, portanto, a teor do art. 189, CC, essa a data de início do cômputo do prazo prescricional (fls. 239).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 131, II, do CTN, no que concerne ao reconhecimento de que os sucessores do *de cujus* respondem pelas dívidas tributárias, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

A primeira questão que se lhe coloca no presente recurso especial é se deve o sucessor responder pela dívida do falecido, obviamente nos limites do quinhão da herança ou legado. 5. A resposta há de ser afirmativa nos termos do artigo 131, II, CTN: Art. 131. São pessoalmente responsáveis: II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação (fls. 237).

A orientação do acórdão, como se vê, está em desacordo com a previsão legal. Inexiste surpresa alguma no caso dos autos. A responsabilidade do sucessor por dívidas tributárias do de cujus decorre de expressa previsão legal do artigo 131, II, CTN (fls. 238).

E o fato de existir no processo de inventário certidão negativa de débitos em nome do de cujus é irrelevante para afastar a responsabilidade tributária dos sucessores. A certidão somente atesta que, até aquele momento, não se sabia da existência de débitos. E nem se poderia saber, já que a dívida perseguida decorre da desconsideração da personalidade jurídica ocorrida após o falecimento do sócio administrador (fls. 238).

É o relatório. Decido.

No que concerne à primeira controvérsia, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem à luz do dispositivo apontado como violado.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ” (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018; e AgInt no AREsp n. 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de

Superior Tribunal de Justiça

19/9/2018.

Quanto à segunda controvérsia, resta prejudicada em razão de ter sido mantido o entendimento de que houve a prescrição da pretensão relativa ao redirecionamento da execução fiscal.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente